

**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES
DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE _____/DF.**

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxx (DF), CEP xxxxxxxx, telefone xxxxxxxx, vem por intermédio da Defensoria Pública, nos termos da legislação vigente, ajuizar a presente:

**AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO
COM DECLARAÇÃO DE BEM RESERVADO**

em face de **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx-DF, CEP: xxxxxxxx, telefone: xxxx-xxxx, pelos fatos e fundamentos a seguir elencados

FATOS E FUNDAMENTOS

Dispõe o art. 226, § 6º, da CF que “o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio (...) comprovada separação de fato por mais de dois anos”. No mesmo sentido é o disposto no art. 1.580, § 2º, do CC.

No caso, as partes se casaram em _____, na cidade de _____, no Estado da _____, sob o regime da comunhão de bens, sem pacto antenupcial, e estão separados de fato desde ____, portanto, há mais de __() anos, e não há mais possibilidade de restabelecimento da união.

a) Filhos

Da união do casal adveio duas filhas: _____
, brasileira, maior, nascida em _____ e _____, brasileira,
maior, nascida em __/__/__, conforme cópias das certidões de nascimento
fls

em anexo.

. b) Alimentos entre os cônjuges

Por ora, a requerente dispensa os alimentos, por se encontrar em condições de se manter, solicitando seja dispensada de prestar alimentos ao Requerido.

c) Bens e dívidas do casal

No período em que a autora manteve-se formalmente casada, adquiriu sozinha, com recursos próprios, um imóvel sito na _____ **(DF)**, avaliado em aproximadamente R\$ _____.

Em princípio, todos os bens adquiridos pelos cônjuges durante o casamento passam a pertencer a ambos em situação condominial, uma vez que o casamento estabelece comunhão não só de vida, mas também de patrimônio.

Todavia, com o objetivo de evitar enriquecimento sem causa do marido, o Estatuto da Mulher Casada (Lei n. 4.121, de 27.8.1962) modificou a redação do art. 246 do Código Civil de 1916, que passou a dizer o seguinte:

Art. 246. A mulher que exercer profissão lucrativa, distinta da do marido, terá direito de praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e à sua defesa. **O produto do seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem**, salvo estipulação diversa em pacto antenupcial, **bens reservados**, dos quais poderá dispor livremente com observância, porém, do preceituado na parte final do art. 240 e nos ns. II e II do art. 242. (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)

Parágrafo único. Não responde, o produto do trabalho da mulher, nem os bens a que se refere este artigo, pelas dívidas do marido, exceto as contraídas em benefício da família. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)

A Constituição Federal de 1988, enunciando que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (art. 226, *caput*), estabeleceu também que “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (§ 5º).

E não poderia ser diferente, pois o art. 5º, *caput*, da mesma Constituição, diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, garantindo-se a inviolabilidade do direito de propriedade, dizendo mais que “homens e mulheres são iguais em direitos e

obrigações” (inciso I).

No caso, violaria terrivelmente o princípio da igualdade admitir-se que uma pessoa totalmente ausente do lar conjugal e que não tenha contribuído com qualquer esforço, venha a ser condômino de um imóvel pelo simples fato de ostentar formalmente a condição jurídica de casado quando da aquisição do bem.

Hoje, como a parte autora ostenta a situação jurídica de casada, poderá ter obstáculos jurídicos para o exercício dos direitos inerentes a esse bem, necessitando, portanto, que o Juízo declare sua propriedade exclusiva (arts. 1.642 e 1.647 do CC).

d) Nome

A autora opta por voltar a usar seu nome de solteira.

PEDIDOS

Em face do exposto, requer:

- a) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC
- b) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;
- c) ao final, quando da resolução do mérito, seja decretado o divórcio do casal, bem como seja declarado por sentença que o imóvel descrito na presente petição construções e benfeitorias, **constituem bem reservado da parte autora, pertencendo-lhe, portanto, com exclusividade**, não integrando patrimônio comum oriundo do casamento com o requerido;
- d) sejam feitas as expedições para as averbações necessárias, inclusive quanto ao nome da autora e ao registro do imóvel exclusivamente em nome da parte autora;
- e) que o (a) (s) Requerido (a) (s) seja (m) condenado (s) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PROJUR.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Valor da causa: R\$ 220.000,00.

Sobradinho-DF,

REQUERENTE

DEFENSOR PÚBLICO

ROL DE TESTEMUNHAS:

Nome testemunha

Endereço

Telefone

cpf